

Mês da Consciência Negra

Aspectos da Desigualdade Racial na Bahia

Há avanços, mas, sem dúvida, a componente raça/cor em território brasileiro ainda se constitui em fonte de desigualdade, a qual se encontra espalhada – e, às vezes, camuflada – em diversas dimensões da vida social. Dessa forma, apesar de progressos, há desafios e, portanto, espaço para melhorias da realidade da população negra em todo o país.

A fim de melhor conhecer o cenário e contribuir minimamente com as discussões, aproveitando o mês de celebração da Consciência Negra, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan-Ba), tendo por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o ano de 2023, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traça um breve perfil da população negra e traz um levantamento de alguns indicadores relacionados à questão de raça e cor no estado.

Em 2023, conforme estimativas provenientes da PNADC Anual, o Brasil possuía aproximadamente 121,712 milhões de negros, indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos. A Bahia, por sua vez, tinha 11,975 milhões de pessoas negras. Assim, do conjunto de negros no país, aproximadamente 9,8% se encontravam em território baiano – terceiro maior quantitativo entre as unidades federativas, atrás somente do estimado para São Paulo (16,3%) e Minas Gerais (10,6%), que são os dois estados mais populosos da Federação. No que se refere estritamente aos grupamentos de pretos e de pardos, a Bahia concentrava 15,0% e 8,6% dos montantes correspondentes – segundo e terceiro maiores contingentes do país respectivamente. Quanto às demais categorias, a Bahia possuía 3,2% dos brancos brasileiros e 7,4% dos indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça residentes em terras brasileiras naquele ano.

Historicamente, a população baiana é composta predominantemente por pessoas autodeclaradas negras. Em 2023, do contingente populacional da Bahia, 79,5% se autodeclaravam como indivíduo da raça negra – estimativa maior do que os percentuais encontrados para Brasil (56,5%) e Nordeste (73,8%). Além do mais, essa porção de 79,5% de autodeclarados pretos ou pardos dentro das fronteiras baianas se mostrou a quinta maior da nação brasileira, atrás das do Maranhão (81,2%),

www.sei.ba.gov.br

Amapá (80,4%), Pará (79,7%) e Acre (79,6%).

Em 2023, de forma mais detalhada, a população baiana era formada por 56,7% de pardos, 22,8% de pretos, 19,3% de brancos e 1,3% de indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça. Interessante destacar que, com quase um quarto de sua população sendo formada por pessoas pretas, a Bahia se confirmou como a unidade da Federação com o maior percentual de pretos do país, seguida por Rio de Janeiro (16,4%), Tocantins (13,4%) e Maranhão (13,1%). Por outro lado, Santa Catarina (4,2%), Amazonas (4,5%) e Paraná (4,7%) foram os estados com as menores estimativas de gente se autodeclarando da cor preta naquele ano.

O desequilíbrio social entre brancos e negros pode ser notado em diversos campos do cotidiano de uma sociedade, entre os quais o da educação. Dados sobre evasão escolar, analfabetismo, escolaridade e anos de estudo, por exemplo, podem captar uma maior vulnerabilidade da população negra. Conforme dados da PNADC Educação, em 2023, na Bahia, do conjunto de indivíduos com 25 anos ou mais de idade de cada raça/cor, a estimativa de negros com 16 anos ou mais de estudo continuou menor do que a de brancos: enquanto 9,7% dos negros possuíam pelo menos 16 anos de estudo, 17,7% dos brancos tinham esse tempo de estudo – ou seja, uma diferença de 8,0 pontos percentuais em favor dos autodeclarados de cor branca (no Brasil, essa disparidade chega a 13,8 pontos percentuais, mas perante estimativas mais favoráveis: 12,0% dos negros brasileiros e 25,8% dos brancos brasileiros possuíam pelo menos 16 anos de estudo). Independentemente da raça ou cor, 11,2% dos baianos com 25 anos ou mais contavam com pelo menos 16 anos de estudo – indicando, dessa forma, que os negros (9,7%) apresentavam um percentual menor do que a média geral e os brancos (17,7%), uma estimativa maior do que a média.

O mundo do trabalho também costuma repercutir diferenças por conta da raça ou cor. A desocupação, a informalidade, o desalento e a subutilização tendem a atingir mais fortemente a população negra do que a branca. Em 2023, na Bahia, por exemplo, os negros representavam 80,3% da força de trabalho (soma de ocupados e desocupados), mas, ao mesmo tempo, compunham 84,2% dos desocupados, 82,4% dos desalentados e 82,1% dos subutilizados – ou seja, havia uma sobre-representação da população negra no contexto de indicadores em que quanto maior a estimativa, mais desfavorável a situação do grupamento.

Na Bahia, em 2023, segundo a PNADC Anual, que contempla o mercado de trabalho formal e informal, a taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade, indicador que avalia a dificuldade da força de trabalho em encontrar ocupação, por exemplo, foi de 13,2%. Considerando o quesito raça ou cor, no entanto, a referida taxa foi de 13,8% para a população negra e de 10,1% para a branca – neste caso, uma diferença de 3,7 pontos percentuais em desfavor dos negros. A realidade se mostrou ainda mais sintomática com o reforço da dimensão gênero, visto que a desocupação atingiu 18,6% das mulheres negras na força de trabalho correspondente no estado – significando que a probabilidade de se encontrar em situação de desemprego foi bem maior para as negras do que para as brancas (13,2%), os negros (10,1%) e os brancos (7,8%) no referido ano.

Em 2023, entre os ocupados na Bahia, 53,7% eram considerados informais (conjunto formado por empregado do setor privado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, empregador sem CNPJ, trabalhador por conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar). A informalidade, como esperado, afetou mais amplamente os trabalhadores negros do que os trabalhadores brancos no estado naquele ano, tendo sido de 51,1% para estes e de 54,3% para aqueles. A desigualdade persistia quando se adicionava o recorte por gênero, colocando os homens ocupados da raça negra na situação mais desfavorável nesse contexto, com uma taxa de informalidade de 56,1%. Por sua vez, o grau de informalidade foi de 55,3% para os ocupados brancos, 51,8% para as ocupadas negras e 44,8% para as ocupadas brancas no intervalo em questão. No entanto, entre as atividades informais, normalmente mais precárias e instáveis, vale tratar em particular do trabalho doméstico sem registro em carteira, cuja face em terras baianas tem sido a das mulheres negras, as quais representavam nada menos do que 82,2% do total de domésticos sem carteira no estado em 2023.

O desalento (situação daqueles fora da força de trabalho que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram quaisquer providências por razões específicas de mercado) também costuma atingir mais intensamente as pessoas negras do que as brancas. O percentual de desalentados entre aqueles fora da força de trabalho foi de 11,7% na Bahia em 2023, sendo de 12,5% para o contingente negro e de 9,0% para o branco. A desagregação adicional por gênero indicou a continuidade do desequilíbrio por raça ou cor no ano analisado, já que o desalento foi maior para negros (14,5%) do que para brancos (13,3%) e foi maior para negras (11,3%) do que para brancas

www.sei.ba.gov.br

(6,7%). Assim, portanto, ao incorporar a questão do gênero, os homens negros se revelaram com a maior participação de desalentados na população fora da força de trabalho correspondente, percentual de 14,5%.

A remuneração proveniente do trabalho também ajuda a desnudar o desequilíbrio decorrente de raça ou cor. Com base na PNADC Anual, em 2023, na Bahia, o rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, que foi de R\$ 1.800 para o conjunto da população, mostrou-se maior para os brancos do que para os negros. Enquanto os trabalhadores da raça negra receberam R\$ 1.662 em média, os da cor branca auferiram R\$ 2.365 – ou seja, naquele ano, o rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas em território baiano se mostrou 42,3% acima do rendimento médio da população de pretos e pardos. A qualificação por gênero, quando inserida na análise, permitiu continuar averiguando a existência de desigualdade por raça ou cor quanto ao rendimento do trabalho. De fato, em 2023, em território baiano, constatou-se o seguinte: i) enquanto os homens brancos receberam, em média, R\$ 2.390, os homens negros receberam R\$ 1.738 – ou seja, a remuneração média daqueles foi 37,5% maior do que a destes; e ii) enquanto as mulheres brancas ganharam, em média, R\$ 2.326, as mulheres negras auferiram apenas R\$ 1.550 – ou seja, a remuneração média daquelas foi 50,1% maior do que a destas. Enfim, no que se refere à recompensa pecuniária pelo trabalho, essa investigação adicional revelou que as trabalhadoras negras baianas enfrentavam a realidade mais hostil naquele ano.

Enfim, as desigualdades por raça ou cor persistem no seio da sociedade brasileira e não podem ser negligenciadas – ainda mais na Bahia, território geográfico cuja identidade singular tem influência marcante da população negra. Sem dúvidas, além da conscientização da existência de disparidades raciais, o fortalecimento de políticas públicas relacionadas ao tema se configura em estratégia fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária. Nesse contexto, vale reforçar, a tarefa de edificação de uma sociedade lastreada pela igualdade racial deve ser ininterrupta.

Elaboração: Coordenação de Pesquisas Sociais/Diretoria de Pesquisas/SEI